

EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL.**

PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembleia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

“EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2011, às 11h30min, na sede social, na Avenida Gury Marques nº 8000 – Campo Grande - MS, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010;
- b) Aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício de 2010; e
- c) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2011.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia e no seu endereço eletrônico

www.enersul.com.br/investidores, bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br).

Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de comprovação de sua identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

Nº	Informação e/ou Documento
1.	Comentários dos Administradores
2.	Destinação dos Resultados
3.	Remuneração dos Administradores

EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50
NIRE 54.300.000.566
Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 29 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL**.

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

**(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).**
(Valores expressos em milhares de reais)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- Enersul (“Enersul” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul com sede na cidade de Campo Grande-Ms.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,1% em 2008, uma queda de 0,2% em 2009 e um crescimento de 7,5% em 2010. A taxa básica de

juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu de 10,66% em 2008, considerando o último dia de cada ano, para 8,65% em 2009 e aumentou para 10.75% em 2010.

A Companhia opera na região Centro-Oeste do Brasil e o crescimento econômico nessa região pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias no Estado do Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso do Sul aumentou em 6,2% ao ano quando comparamos 2007 com 2010. A Companhia teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de 3,6% no mesmo exercício. Além disso, a Companhia acredita que o Estado tem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo o Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$5,9 bilhões no Estado do Mato Grosso do Sul, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

As receitas da Companhia provêm do segmento de distribuição de energia elétrica. A receita consolidada é dividida da seguinte forma: (i) 87,3% no fornecimento de energia elétrica; (ii) 10,4% receita de construção; (iii) 0,5% suprimento de energia elétrica; e (vi) 1,8% outras receitas. Essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010 e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, visto a sua exata contrapartida no custo de operação.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social da Companhia é de R\$533.468.270,74 (quinhentos e trinta e três milhões, duzentos e setenta mil e quarenta e quatro centavos), representado por 58.441.068.563 (cinquenta e oito

bilhões, quatrocentos e quarenta e um milhões e sessenta e oito mil e quinhentos e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poder específico

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal; (b) aprovar o resgate de ações, sujeito apenas à aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 44,1% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 55,9% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta considera adequada a situação apresentada.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2010	2009	2008
Empréstimos, financiamento e debêntures e encargos	651,7	676,0	605,2
Total de Disponibilidade(1)	99,6	104,3	148,2
Dívida Líquida(2)	552,1	571,7	457,0

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos a disponibilidade.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e capital de giro. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização adequada com o retorno dos investimentos. O capital de giro foi feito por uma condição muito vantajosa para empresa tanto na taxa como na amortização.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo dos empréstimos, financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 651,7 milhões. Esse saldo, líquido do caixa e aplicações era de R\$ 552,1 milhões. Utilizando-se como parâmetro o índice “dívida financeira líquida dividida pela dívida financeira líquida mais patrimônio líquido”, o resultado em 31 de dezembro de 2010 foi de 41,5%.

R\$ milhões	Em 31 de Dezembro de		
	2010	2009	2008
Dívida financeira líquida	552,1	571,7	457,0
Patrimônio líquido	777,6	660,2	669,8
Índice de endividamento	0,42	0,46	0,41

Definições:

Divida Financeira Liquida – significa empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos menos caixa e aplicações.

Patrimônio Líquido – significa a conta patrimônio líquido do passivo.

Índice de endividamento – significa a divida financeira liquida dividida pela divida financeira liquida mais patrimônio líquido.

$$\text{Índice de endividamento} = \frac{\text{Divida Financeira Liquida}}{(\text{Divida Financeira Liquida} + \text{Patrimônio Líquido})}$$

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 676,0 milhões em 2009 para R\$ 651,7 milhões em 2010, representando uma queda de 3,6% (R\$ 24,3 milhões). Do total, 97,9% são dívidas em moeda nacional e 2,1% em moeda estrangeira e, 13,9% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 86,1% no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	1,8	2,2	2,2
Moeda Nacional	88,9	52,8	31,0
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	11,6	13,0	19,3
Moeda Nacional	549,4	608,1	552,6
Total Geral	651,7	676,0	605,1

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrado abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2010:

BNDES:

Contrato nº 1003269 e aditivos – assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 20.574 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser

amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

Eletrobrás:

IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito) – recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz no Campo – ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$ 1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz para Todos – ECFS nº 024-B/2005 no valor de R\$ 18.103, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em junho de 2016, com garantia em receita e nota promissória. ECFS nº 097-B/2007 Aditivo no valor R\$ 41.714, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em dezembro de 2018. ECF nº 2.480/2005 no valor de R\$ 893, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% ao ano e término em novembro de 2012. Todos os ECFs possuem garantia em receita e nota promissória. Além dos contratos citados acima temos também o ECFS- 225/2008 no valor de R\$ 25.100, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em outubro de 2020. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Banco do Brasil - FCO – contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

Banco Bradesco S.A – contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro de 2008 no valor total de R\$ 550,0 milhões para honrar as dividas declaradas vencidas antecipadamente ou que a Companhia deliberar pagar antecipadamente e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido

de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro de 2010 e a última em setembro de 2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março de 2009 a setembro de 2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o ano de 2009 foram amortizados R\$ 4,8 milhões.

Tesouro nacional:

Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL – contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$ 14,6 milhões, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/1988 e nº 1.564/1989, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nº 98/1992, nº 90/1993 e nº 132/1993, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela LIBOR semestral acrescidos de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2010 era de R\$651,7 milhões, assim segmentados: (i) R\$100,8 milhões ou 15,5% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$543,1 milhões ou 83,3% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. (“Rede Power”); e (iii) R\$ 7,9 milhões ou 1,2% de garantias reais. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Bradesco

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida líquida financeira / EBITDA¹ – tem que ser igual ou inferior a 4,0x

BNDES

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.7x durante os anos de 2006 e 2007.

Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.65x a partir de 2008.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.26x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,5x

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais Alterações nas Contas de Resultado

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Principais Alterações nas Contas de Resultado

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

¹ O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 10,4%, passando de R\$ 1.477,1 milhões em 2009 para R\$ 1.631,3 milhões em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente (i) pelo crescimento do mercado consumidor em 8,8%; (ii) aumento de 1,2% no preço médio de venda de energia ao consumidor final; e (iii) incremento de 38,0% (R\$ 46,7 milhões) na receita de construção. Vale acrescentar que essa receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS (*International Financial Report Standard*), Normas Internacionais de Contabilidade, pela companhia, a partir de 31 de dezembro de 2010, e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esses mesmos valores (tanto para 2009 quanto para 2010) aparecem no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA. Retirando-se portanto os efeitos da receita de construção, o aumento da receita bruta seria de 7,9%, passando de R\$ 1.354,2 milhões em 2009 para R\$ 1.461,7 milhões em 2010.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$ 533,5 milhões em 2010, o que representa um acréscimo de 14,0% em relação aos R\$ 468,1 milhões de 2009, devido ao aumento da demanda e de 9,7% no preço médio de compra.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$ 356,2 milhões em 2010 e R\$ 299,1 milhões em 2009, representando um aumento de 19,1%. Retirando-se portanto o efeito do custo de construção, o aumento do custo de operação seria de 5,9%, passando de R\$ 176,2 milhões em 2009 para R\$ 186,6 milhões em 2010. O item que mais influenciou essa variação foi pessoal, com um aumento de 6,6% (R\$ 3,2 milhões). Esse percentual foi inferior ao crescimento da receita operacional e inferior a inflação de 11,3%, medida pelo IGP-M, em 2010.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$ 84,0 milhões em 2010 e R\$ 57,0 milhões em 2009, representando um aumento de 47,4%. Esse percentual foi basicamente influenciado por ajustes nas despesas com vendas, em 2009, decorrentes das alterações dos critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização, depreciação e despesas decorrentes das perdas na alienação e desativação de bens e direitos, passou de R\$ 293,7 milhões em 2009 para R\$ 257,0 milhões em 2010, representando um decréscimo de 12,5% ou R\$ 36,7 milhões. A conciliação dessa variação do EBITDA está demonstrada a seguir, por meio das variações dos diversos resultados operacionais que o compõem: (+) R\$ 108,6 milhões

de receita líquida; (-) R\$ 65,4 milhões de custo do serviço de energia elétrica; (-) R\$ 84,6 milhões dos custos e despesas operacionais; (+) R\$ 4,7 milhões de depreciação e amortização.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 85,4 milhões, representando uma redução de 14,8% em relação ao lucro de R\$ 100,2 milhões de 2009, influenciado principalmente pela redução do EBITDA e, em menor grau, pelo resultado financeiro que passou de uma despesa de R\$ 68,9 milhões em 2009 para uma despesa de R\$ 54,4 milhões em 2010, representando uma variação de 21,0% (R\$ 14,5 milhões).

Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 6,3%, passando de R\$ 1.283,4 milhões em 2008 para R\$ 1.363,9 milhões em 2009. A receita operacional líquida do exercício de 2009 foi de R\$ 931,1 milhões, representando um aumento de 8,6% em relação à receita verificada em 2008. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,7%.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 517,3 milhões em 2009, o que representa um acréscimo de 21,4% em relação aos R\$ 426,1 milhões de 2008, devido ao aumento da demanda e preço médio de compra.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$ 183,5 milhões em 2009 e R\$ 192,8 milhões em 2008, representando uma redução 4,8%. As despesas operacionais somaram R\$ 43,2 milhões em 2009 e R\$ 80,4 milhões em 2008, representando uma redução de 46,3%. Juntos, os custos e as despesas operacionais tiveram uma redução de 17,0%, passando de R\$ 273,2 milhões em 2008 para R\$ 226,7 milhões em 2009.

EBITDA

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 229,1 milhões em 2008 para R\$ 256,6 milhões em 2009, representando um incremento de 12,0%, em decorrência do aumento da receita operacional líquida em 8,6% e contenção dos custos e despesas operacionais.

Resultado Líquido

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$ 78,7 milhões: um aumento de 14,6% em relação ao lucro de R\$ 68,7 milhões em 2008, principalmente devido ao bom desempenho operacional da companhia.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 comparadas com 31 de dezembro de 2009

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2010, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$99,6 milhões, comparados a R\$104,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 4,5% ocorreu principalmente em decorrência da continuidade dos desembolsos para investimento em expansão e manutenção da rede, bem como programa de Universalização e redução de perdas.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta consumidores foi de R\$290,8 milhões, comparados com R\$267,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento de 8,9% (R\$23,8 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento em 6,3% e transferência dos saldos de clientes das classes de serviços públicos, do longo para o curto prazo.

Perda no Valor Recuperável

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da perda no valor recuperável foi de R\$40,6 milhões, comparados com R\$41,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,6% (R\$0,6 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2010, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$22,7 milhões, comparado a R\$22,6 milhões de 31 de dezembro de 2009, representando também uma redução pouco significativa de 0,4% (R\$0,1 milhão) e sem qualquer evento relevante que mereça destaque.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de consumidores foi de R\$18,6 milhões, comparados aos R\$31,6 milhões em 31 de dezembro de 2009. A redução de 41,0% (R\$13,0 milhões) ocorreu em virtude da transferência de saldos de consumidores das classes de serviços públicos para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2010, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$22,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 43,8% (R\$17,6 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento de R\$14,9 milhões da companhia relacionada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT e R\$1,5 milhão da relacionada Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$228,7 milhões, comparados aos R\$259,3 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal diminuição de 11,8% (R\$30,6 milhões) foi decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$912,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 2,9% (R\$25,3 milhões) em relação aos R\$887,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$17,6 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão, devido às adições do período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da conta de fornecedores era de R\$103,1 milhões, comparados aos R\$104,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução pouco significativa de 1,0% (R\$1,1 milhão), não havendo evento relevante a ser destacado.

Impostos e Contribuições Sociais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$45,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em dezembro de 2009, representando um aumento de 53,9% (R\$16,1 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$3,2 milhões no ICMS, R\$1,9 milhão no PIS, R\$9,0 milhões no COFINS, e também R\$1,5 milhão referente ao IRRF sobre juros sobre capital próprio.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$29,7 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 64,9% (R\$35,7 milhões). Tal aumento ocorreu devido a: (i) aumento do capital de giro em R\$33,3 milhões, e (ii) aumento de saldo com Eletrobrás em R\$1,9 milhão, referente a investimentos, tais como IRD (Instrumento de Reconhecimento de Débito), Programa Luz Para Todos e Universalização.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2010 esta rubrica totalizava R\$36,2 milhões, 23,9% superior ao saldo de R\$29,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$3,0 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$561,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de 9,7% (R\$60,0 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução do capital de giro em R\$70,0 milhões e aumento de R\$10,8 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$66,0 milhões, comparados aos R\$74,6 milhões de 31 de dezembro de 2009. Tal redução de 11,5% (R\$8,6 milhões) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$6,5 milhões nas provisões para ações de natureza trabalhista e redução de R\$2,2 milhões nas ações de natureza cível.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2010 o patrimônio líquido foi de R\$777,6 milhões, comparados aos R\$660,2 milhões em 31 de dezembro de 2009. Tal aumento de R\$117,4 milhões ou 17,8% foi devido ao aumento de R\$70,1 milhões no capital social da companhia, em virtude de capitalização pela Rede Energia S.A., com recursos oriundos do Fundo FI-FGTS, capitalizados na Empresa de Energia Elétrica Vale Paranapanema S.A., empresa holding que controla a Rede Energia S.A.

Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2009, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$104,3 milhões, comparados a R\$148,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de 29,6% ocorreu, principalmente, em decorrência do pagamento de dividendos e da continuidade dos desembolsos para investimentos em expansão e manutenção da rede, bem como em programas especiais como o “Programa Luz para Todos” e o programa de redução de perdas.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta “consumidores e revendedores” é de R\$267,0 milhões, comparados com R\$261,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação de 1,9% não foi relevante devido ao fato de que as tarifas não foram reajustadas para o período. Este fato ocorreu em virtude da compensação pela redução da base de remuneração regulatória de 2003 (conforme reunião pública realizada em 07/04/2008 pela ANEEL).

Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$30,3 milhões, comparados com R\$43,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de R\$13,1 milhões ou 30,2% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos clientes.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$22,6 milhões, comparado a R\$45,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$23,3 milhões ou 50,7% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social contabilizados nos exercícios anteriores.

Ativo Regulatório

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$15,1 milhões e R\$53,4 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$38,3 milhões ou 71,7% ocorreu principalmente em decorrência da amortização de R\$51,4 milhões realizada conforme as disposições regulatórias vigentes.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de consumidores é de R\$31,6 milhões, comparados aos R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$9,4 milhões ou 42,5% ocorreu em virtude de um aumento no número de parcelamento de contas atrasadas de clientes inadimplentes.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$40,2 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$30,2 milhões ou 302,0% ocorreu basicamente pelas operações de conta corrente realizadas com CELPA, CEMAT e CAIUA. As adições referentes a estes contratos foram respectivamente R\$23,6, R\$4,9 e 4,1 milhões.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$249,4 milhões, comparados aos R\$264,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$15,3 milhões ou 5,8% é decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

Imobilizado – Líquido

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$841,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 3,1% ou R\$25,3 milhões em relação aos R\$815,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude dos investimentos realizados no período.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$104,2 milhões, comparados aos R\$89,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$14,3 milhões ou 15,9%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

Tributos e Contribuições Sociais

Nossos tributos, contribuições sociais a recolher totalizaram R\$31,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, uma redução de R\$9,4 milhões, em relação aos R\$40,5 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 23,1% ocorreu principalmente devido aos impostos correntes incidentes sobre a receita e redução de IRPJ incidente sobre JCP.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$21,7 milhões em comparação aos R\$33,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 65,4% ocorreu por três fatores, (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo e (iii) novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro.

Dividendos a Pagar

Houve uma redução na conta de dividendos a pagar de R\$27,6 milhões ou 99,7%, mantendo um saldo de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 perante o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 de R\$27,7 milhões. Esta variação ocorreu pelo pagamento de dividendos no período.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2009 esta rubrica totalizava R\$29,2 milhões, 77,9% superior ao saldo de R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$12,8 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2009 é de R\$84,8 milhões, 26,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008. O aumento do saldo decorreu da transferência dos valores de longo prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$49,2 milhões em comparação aos R\$571,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 8,59% está refletido

principalmente em encargos sobre as parcelas de longo prazo e novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro, deduzido das parcelas transferidas para o curto prazo.

Provisões

Em 31 de dezembro de 2009, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$74,6 milhões, comparados aos R\$91,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$16,7 milhões ou 18,3% ocorreu substancialmente em decorrência da reversão por ganho de causas ou por execução do das referidas provisões.

Passivo Regulatório

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$21,9 milhões, 78,3% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2007. A redução decorreu da transferência dos valores para o curto prazo.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009 o Patrimônio Líquido foi de R\$678,5 milhões, comparados aos R\$669,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$8,7 milhões ou 1,30% foi devido basicamente ao resultado do exercício líquido dos dividendos apropriados.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O fornecimento de Energia Elétrica em 2010 cresceu 8,8% em relação ao exercício anterior, passando de 3.124 GWh em 2009 para 3.398 GWh em 2010. A classe residencial, responsável por 34,5% do consumo total, apresentou uma evolução de 7,2%. Já a classe comercial, a segunda mais representativa com participação de 22,8% do consumo total, registrou um crescimento de 9,4% GWh. A classe industrial, a terceira maior classe em representatividade, com uma participação de 15,6% do consumo total, apresentou uma queda de 11,6%.

A Companhia tem a distribuição de energia no Estado do Mato Grosso Sul como sua fonte de receita. Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ (milhões)	2010	2009	2008
Receita operacional bruta	1.631,3	1.477,1	1.283,4
Deduções	474,3	428,7	426,2
Receita operacional líquida	1.157,0	1.048,4	857,2

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;
- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

1. PRIMEIRA ADOÇÃO DOS CPCs CONVERGENTES AS IFRS

1.1. ICPC 01 – Contratos de concessão (IFRIC 12)

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/09, que delibera a ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:

- a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infra estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- b) Controla qualquer participação residual significativa na infra estrutura, no final do prazo da concessão.

Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:

- a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção; e
- b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 – Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.

A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:

- a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
- b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

1.2. Adoção da ICPC 01

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 2 maneiras:

- a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura); e
- b) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.

O direito de cobrar representa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. A ICPC 01 será aplicada a partir da data de transição 1/1/2009. O valor a ser bifurcado é o saldo do ativo imobilizado até a data da transição. O ativo financeiro deve ser reconhecido inicialmente pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período, conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão. Assim, na nota explicativa nº 18.2 também é apresentada a posição patrimonial considerando que a concessão será renovada por igual período, o que não implicaria em alteração no resultado do exercício.

A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.

A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

1.3. Impactos da adoção dos CPCs

A Companhia adotou a data de transição como 1/1/2009 (Balço de Abertura), assim, as últimas demonstrações financeiras pelas práticas contábeis anteriores foram as referentes ao exercício findo em 31/12/2008. A seguir é apresentada uma reconciliação das demonstrações financeiras e os ajustes requeridos pela primeira adoção dos CPCs, convergentes as IFRS, segundo o CPC-37 R1 que trata da adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro.

1.4. Reconciliação do balanço patrimonial de 1/1/2009 e 31/12/2009

	1/1/2009			31/12/2009		
	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado	Práticas contábeis anteriores	Efeito de mudança de prática	Saldo ajustado
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
(-)-Perda no valor recuperável (a)	(43.414)	(6.101)	(49.515)	(30.318)	(10.912)	(41.230)
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	1.016	(1.016)	-	484	(484)	-
Ativos regulatórios (c)	53.412	(53.412)	-	15.114	(15.114)	-
Outros	12.882	(1)	12.881	11.056	(1)	11.055
Total do ativo circulante	516.665	(60.530)	456.135	433.101	(26.511)	406.590
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Consumidores	22.178	(27)	22.151	31.604	(27)	31.577
Cauções e depósitos vinculados	8.355	(1)	8.354	-	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos (d)	264.727	21.586	286.313	249.357	9.946	259.303
Ativos regulatórios (c)	11.356	(11.356)	-	13.226	(13.226)	-
Ativo financeiro - concessões (e)	-	97.624	97.624	-	115.696	115.696
Outros	7.424	(3.749)	3.675	5.783	(3.749)	2.034
Total do realizável a longo prazo	420.517	104.077	524.594	439.750	108.640	548.390
Imobilizado - líquido (e)	815.906	(815.906)	-	841.235	(841.235)	-
Intangível - líquido (e)	43.256	718.282	761.538	46.291	725.539	771.830
Total do ativo não circulante	1.279.679	6.453	1.286.132	1.327.276	(7.056)	1.320.220
ATIVO TOTAL	1.796.344	(54.077)	1.742.267	1.760.377	(33.567)	1.726.810
PASSIVO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	1.386	(1.386)	-	1.386	(1.386)	-
Consumidores - devolução tarifária (c)	-	62.412	62.412	-	76.457	76.457
Passivos regulatórios (c)	66.881	(66.881)	-	84.827	(84.827)	-
Outros	4.518	(1)	4.517	-	-	-
Total do passivo circulante	340.683	(5.856)	334.827	337.046	(9.756)	327.290
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições sociais diferidos (b)	10.844	1.386	12.230	12.340	1.386	13.726
Consumidores - devolução tarifária (c)	-	90.717	90.717	-	14.865	14.865
Passivos regulatórios (c)	100.561	(100.561)	-	21.862	(21.862)	-
Outros	4.045	168	4.213	3.652	168	3.820
Total do passivo não circulante	785.822	(8.290)	777.532	744.812	(5.443)	739.369
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Prejuízos acumulados	-	(39.931)	(39.931)	-	(18.368)	(18.368)
Total do patrimônio líquido	669.839	(39.931)	629.908	678.519	(18.368)	660.151
PASSIVO TOTAL	1.796.344	(54.077)	1.742.267	1.760.377	(33.567)	1.726.810

(a) O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, altera os critérios de mensuração da antiga provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), agora denominada de perda no valor recuperável (*impairment*). O montante registrado no balanço de abertura foi incrementado em R\$ 6.101 (R\$ 10.912 em 31/12/2009) no circulante de acordo com a nova metodologia de mensuração.

(b) Segundo o CPC 32 – Tributos sobre o lucro, o saldo de ativo diferido no montante de R\$ 1.016 (R\$ 484 em 31/12/2009) e passivo diferido no montante de R\$ 1.386 (R\$ 1.386 em 31/12/2009) devem ser classificados integralmente no balanço de abertura como não circulante.

(c) Alguns ativos e passivos regulatórios não atendem a definição de ativo e passivo segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). O saldo do ativo regulatório no balanço de abertura foi reduzido em R\$ 53.412 no circulante (R\$ 15.114 em 31/12/2009) e R\$ 11.356 no não circulante (R\$ 13.226 em 31/12/2009). Parte do saldo do passivo regulatório circulante no balanço de abertura foi reclassificado para Consumidores – devolução tarifária no montante de R\$ 62.412 (R\$ 76.457 em 31/12/2009) e no não circulante R\$ 90.717 (R\$ 14.865 em 31/12/2009). O saldo restante do passivo regulatório no balanço de abertura foi reduzido em R\$ 4.469 (R\$ 8.370 em 31/12/2009) e no não circulante foi reduzido em R\$ 9.844 (R\$ 6.997 em 31/12/2009).

(d) O saldo do ativo fiscal diferido não circulante foi ajustado pelo reconhecimento dos efeitos fiscais dos ajustes. O ativo fiscal diferido foi incrementado no balanço de abertura em R\$ 20.570 (R\$ 9.462 em 31/12/2009).

(e) Conforme mencionado no item 5.2, os ativos que representam os bens das concessões foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível no balanço de abertura no montante de R\$ 718.282 (R\$ 725.539 em 31/12/2009) e para o ativo financeiro – bens da concessão R\$ 97.624 (R\$ 115.696 em 31/12/2009).

1.5. Reconciliação do patrimônio líquido em 1/1/2009 e 31/12/2009

	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
Patrimônio líquido - originalmente divulgado	669.839	678.519
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	(50.455)	(12.974)
Baixa de crédito prescrito PIS	(3.749)	(3.749)
Perda no valor recuperável (<i>impairment</i>)	(6.101)	(10.912)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes	20.570	9.462
Outros	(196)	(195)
	<u>629.908</u>	<u>660.151</u>

1.6. Reconciliação da demonstração do resultado do exercício de 2009

	Práticas contábeis anteriores	Efeito da mudança de prática	Saldos ajustados
RECEITA OPERACIONAL (a) (b)	1.363.868	113.232	1.477.100
Deduções da receita operacional (b)	(432.774)	4.076	(428.698)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	931.094	117.308	1.048.402
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda (b)	(418.339)	30.409	(387.930)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição (b)	(98.958)	18.786	(80.172)
	(517.297)	49.195	(468.102)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Serviços de terceiros	(67.140)	1	(67.139)
Depreciação e Amortização (f)	(53.463)	7.345	(46.118)
Custo de construção (a)	-	(122.920)	(122.920)
	(183.520)	(115.574)	(299.094)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	229.965	50.929	280.894
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas (c)	5.404	(4.810)	594
Despesas gerais e administrativas (b) (f)	(54.650)	(7.297)	(61.947)
Outras despesas operacionais (b)	6.067	42	6.109
	(43.179)	(12.065)	(55.244)
RESULTADO DO SERVIÇO	179.684	38.864	218.548
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	186.786	38.864	225.650
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras (d)	55.992	(6.375)	49.617
Despesas financeiras (d) (g)	(128.657)	10.182	(118.475)
	(72.665)	3.807	(68.858)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	107.019	42.671	149.690
Diferido (e)	(17.627)	(11.108)	(28.735)
	(36.606)	(11.108)	(47.714)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	70.413	31.563	101.976
Reversão dos juros sobre o capital próprio (g)	10.000	(10.000)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	78.680	31.563	110.243

(a) A receita teve um incremento de R\$ 122.920 devido a receita de construção dos ativos da concessão. O custo também teve um acréscimo de igual montante devido ao custo/despesa de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, não existindo margem de lucro. Vide item 5.1.

(b) Os ativos e passivos regulatórios não atendem os critérios de reconhecimento segundo a Estrutura Conceitual Básica (*Framework*). Assim, o ajuste causou uma redução de R\$ 9.688 na receita operacional bruta, uma redução de R\$ 4.076 nas deduções da receita operacional bruta, uma redução de R\$ 30.409 no custo de energia elétrica comprada para revenda, uma redução de R\$ 18.786 no custo de encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição, um acréscimo de R\$ 7.297 nas despesas gerais e administrativas e um acréscimo de R\$ 42 nas outras despesas operacionais.

(c) O CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração altera os critérios de reconhecimento da antiga PCLD, agora denominada de perda no valor recuperável. O efeito do ajuste foi um acréscimo de R\$ 4.810 na despesa operacional.

(d) Resultado financeiro: O reconhecimento e mensuração de encargos sobre ativos e passivos regulatórios, impactou em um acréscimo de R\$ 6.193, sendo o efeito na receita financeira uma redução de R\$ 6.375 e na despesa financeira uma redução de R\$ 182.

(e) Os impactos nos itens mencionados acima levaram a um acréscimo de R\$ 11.108 no imposto de renda e contribuição social diferidos/corrente.

(f) O custo de operação – depreciação e amortização foi reclassificado em R\$ 7.345 de despesas gerais e administrativas – depreciação e amortização, para fins de comparabilidade.

(g) A Lei 11.941/2009 dispõe que deverá ser observado exclusivamente em livros ou registros auxiliares, as disposições da lei tributária, ou de legislação especial sobre a atividade que constitui seu objeto, que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou determinem registros, lançamentos ou ajustes ou a elaboração de outras demonstrações financeiras. Desta forma, os juros sobre o capital próprio registrado nas despesas financeiras e sua reversão antes do lucro líquido do exercício perderam seu objeto, impactando em uma redução de R\$ 10.000 nas despesas financeiras e a exclusão da reversão dos juros sobre o capital próprio.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.097, da SFEF/ANEEL, de 31/12/2010.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os efeitos da adoção inicial dos CPCs estão detalhados na nota explicativa nº 5.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.7. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil de ativo intangível;
- Provisões;
- Passivos contingentes;

- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos derivativos.
- Ativo financeiro – concessão.

1.8. Gestão do capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

Similar a outras companhias do mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento, (iii) Empréstimos e recebíveis, (iv) Disponível para a venda.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados com mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

iv. Disponível para Venda: são ativos e passivos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável das contas a receber. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com as rubricas “Consumidores” e “Impostos e Contribuições Sociais a Compensar”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes as utilizadas pelo mercado, e a taxa WACC do setor elétrico para os casos referentes a assuntos regulatórios.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica,

no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Teste de recuperabilidade econômica (*Impairment*): Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão (ativo financeiro e intangível) estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada é 12,81%, que representa o WACC real setorial.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo da Companhia e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

Empréstimos, financiamentos e debêntures: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades

de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição (“RTT”) de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como Pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuárias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de construção, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2010, sendo elas:

- Emenda da IAS 12 – Tributos sobre o lucro (CPC 32): Recuperação de ativos mensurados pelo valor justo. Vigência 1/1/2012;
- Emenda da IAS 24 – Partes relacionadas (CPC 05): Divulgação de partes relacionadas com o Governo. Vigência 1/1/2011;
- IFRS 9 – Instrumentos financeiros: Classificação de ativos financeiros e contabilização de passivos financeiros designados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Vigência 1/1/2013;
- Emenda da IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (CPC 33 – Interpretação A): Esclarecimento sobre pagamentos antecipados. Vigência 1/1/2011.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Reclassificações e correções: Algumas reclassificações e correções foram efetuadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras comparativas, conforme o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Demonstrações dos resultados abrangentes: As demonstrações dos resultados abrangentes não estão sendo divulgadas, uma vez que a Companhia não apurou transações que envolvam registros em outros resultados abrangentes que impactam o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2008 e 2009, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2010, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentada nenhuma situação que possa apresentar risco as atividades da Companhia.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

R\$ milhões	2010	2009	2008
Programa Luz Para Todos / Universalização	54,5	30,0	26,7
Telecomunicações / Informática / Infra-estrutura	15,7	23,5	30,8
Redução de perdas	4,7	9,6	19,1
Manutenção e melhorias no sistema	85,4	58,1	54,2
FNDCT / EPE / PEE / P&D	9,6	9,3	9,0
Total	170,0	130,5	139,8

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2010, a Companhia investiu R\$ 54,5 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria.

Telecomunicação/Informática/Infra estrutura: Para atendimento as necessidade de apoio ao negócio da Companhia, foram investidos R\$ 15,7 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infra estrutura.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2010 foram investidos R\$ 4,7 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 85,4 milhões em 2010.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,6 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Eletrobrás

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas

aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2011, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

Participação Por Entidade - %	ENERSUL
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	50%
RGR – Eletrobrás	35%

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não Aplicável

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não Aplicável

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não Aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;
4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;
5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;
6. Criação de um novo CALL CENTER, já implementado visando o aumento da qualidade do atendimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 29 de março de 2011.

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 85.394 (oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração consiste na distribuição do valor bruto de R\$ 38.000 (trinta e oito milhões) que, líquido do imposto de renda, representa o valor líquido de R\$ 33.500 (trinta e três milhões e quinhentos mil) aos acionistas da sociedade, a título de dividendos e de juros sobre o capital próprio, da seguinte forma:

- a) dividendos intermediários no montante de R\$8.000 (oito milhões de reais), ou seja, R\$ 0,00015055 por ação, à conta de reservas de investimento. Os dividendos foram creditados em 04/08/2010, aos acionistas da Companhia; e

b) juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$20.000 (vinte milhões de reais), correspondendo ao valor bruto de 0,00037639 por ação. O crédito contábil foi efetuado em 04/08/2010 e os valores foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2010, conforme previsto no Estatuto Social, pelo valor líquido já deduzido o imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), ou seja, R\$0,00031993 por ação, perfazendo o total líquido de R\$17.000 (dezessete milhões de reais), exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberam pelo valor bruto declarado.

O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião de Conselho de Administração realizada em 04/08/2010, foram realizados em agosto/2010.

c) distribuição e o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 10.000 (dez milhões de reais), correspondendo ao valor bruto de R\$ 0,00017111 por ação. O crédito contábil foi efetuado em 28/12/2010 e os valores foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2010, conforme previsto no Estatuto Social, pelo valor líquido já deduzido o imposto de renda na fonte de 15% (quinze por cento), ou seja, R\$ 0,00014545 por ação, perfazendo o total líquido de R\$ 8.500 (oito milhões e quinhentos mil reais), exceto para os acionistas que estejam dispensados ou isentos da referida tributação, os quais receberam pelo valor bruto declarado.

Os juros sobre o capital próprio referidos na alínea “c”, supra, foram deliberados na Reunião do Conselho de Administração de 28/12/2010. O pagamento será realizado na forma e época a serem determinadas na Assembleia Geral Ordinária.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Sobre o lucro líquido ajustado de 2010, foram distribuídos juros sobre o capital próprio de R\$ 30.000 (R\$ 25.500 líquido de IRRF), que equivale a 47,1143% sobre o lucro líquido (40,0471% líquido de IRRF), após deduzidos 5% destinados

à reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração ocorrida em 04 de agosto de 2010, aprovou-se a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, no montante de R\$8.000 (oito milhões de reais), ou seja, R\$ 0,00015055 por ação, à conta de reservas de investimento.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios:	<u>2.007</u>	<u>2.008</u>	<u>2.009</u>	<u>2.010</u>
Lucro Líquido(Prejuízo) (R\$ mil) :	(58.056)	68.666	78.680	85.394
Quantidade de Ações (milhares) :	53.137.012	53.137.012	53.137.012	58.441.069
Lucro Líquido (prejuízo) por Lote de mil ações (R\$):	(1,09)	1,29	1,48	1,46

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

DIVIDENDOS

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2009 - AGO 2010	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,28228911	15.000
Total	53.137.012		15.000

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2008 - AGO 2009	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,52129389	27.700
Total	53.137.012		27.700

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2008 - AGO 2009 e RCA 27/03/2009	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,84686733	45.000
Total	53.137.012		45.000

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2006 - AGO 2007	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,542000000	28.803
Total	53.137.012		28.803

JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2009 - AGO 2010	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,18819274	10.000
Total	53.137.012		10.000

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	2008 - AGO 2009	
		Vr. por lote de mil ações	Totais
		R\$	R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,71513242	38.000
Total	53.137.012		38.000

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do Lucro Líquido no exercício social findo em 31.12.2010, no montante de R\$ 85.394, ajustado pelo prejuízo acumulado decorrente das mudanças de práticas contábeis no montante de (R\$ 18.368) totalizando o lucro ajustado de R\$ 67.026 constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base, resultando em R\$ 3.351.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável. O capital social da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. **Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no art. 29 do estatuto social da companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

Lucro líquido no exercício	85.394
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de prática contábil	<u>(18.368)</u>
	67.026
Reserva legal (5%)	<u>(3.351)</u>
Base de cálculo para dividendos mínimos	63.675
Percentual sobre o lucro	25%
Dividendo mínimo obrigatório	<u>15.919</u>
Juros sobre o capital próprio propostos	
Juros sobre o capital próprio deliberado pela RCA 04/08/2010 e 28/12/2010	30.000
Imposto de renda retido na fonte	<u>(4.500)</u>
Total	<u>25.500</u>

- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**

O pagamento dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$

20.000 foi realizado em agosto de 2010, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 4/08/2010.

O pagamento dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.000, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28/12/2010, será realizado na forma e época a serem determinadas em Assembleia Geral Ordinária.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há retenção de dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 28, alínea “e”, que o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 28, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a destinação de R\$ 33.675 à Reserva de Investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante levado à reserva de investimentos refere-se à parte do lucro líquido do exercício de 2010, após deduzidos a reserva legal e os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido no exercício	85.394
Prejuízo acumulado decorrente das mudanças de prática contábil	(18.368)
	67.026
Reserva legal (5%)	(3.351)
Dividendo intercalares deliberado pela RCA 04/08/2010	(20.000)
Juros sobre o capital próprio deliberado pela RCA 28/12/2010	(10.000)
Reserva de investimentos	33.675

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50

NIRE 54.300.000.566

Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 13 de abril de 2011

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL.**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2011, a Companhia propõe o montante global de até R\$ 5.100.000,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

(i) De até R\$ 600.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$ 400.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$ 200.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$ 4.500.000,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$ 2.400.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$ 1.100.000,00, correspondente à remuneração variável, R\$ 200.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$ 800.000,00 referentes aos encargos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração composto por: (i) remuneração fixa, composta por honorários mensais aplicáveis à Diretoria e ao Conselho de Administração; (ii) remuneração variável, que é o honorário calculado de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia aplicável aos Diretores Executivos (Estatutários), e, (iii) benefícios, com os quais a Companhia procura atrair e reter os melhores talentos e retribuir a competência de seus administradores, também aplicáveis aos Diretores Executivos (Estatutários). Vide item 13.1 (a).

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta:

Conselho de Administração: 11,76% da Remuneração Total.

Diretoria: 88,24% da Remuneração Total

(*) Percentual considera os encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração é feito com base na lei e em práticas de mercado. A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

A Companhia verifica as práticas de mercado comparando seus indicadores operacionais e desempenho econômico de suas controladas com os números de empresas de mesmo porte e setor, levando em consideração as diferenças regionais do país.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Resposta: A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio. A mensuração está ligada ao resultado econômico da Companhia, como evolução do EBITDA, desempenho operacional apurados nos exercícios sociais, indicadores de qualidade de serviço, tais como, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor), FEC (Frequência

Equivalente de Interrupção por Consumidor) e redução de perdas comerciais, satisfação dos clientes, Acionistas e colaboradores

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Resposta: Os honorários do Conselho de Administração são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

Resposta: A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	6	-	15
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.925.320,00	-	2.195.320,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.892.320,00	-	2.162.320,00
Benefícios diretos e indiretos		33.000,00	-	33.000,00
Remuneração por participação em comitês		-	-	
Outros		-	-	
c.ii. Remuneração variável		699.360,00	-	699.360,00
Bônus		699.360,00	-	699.360,00
Participação nos resultados			-	
Remuneração por participação em reuniões			-	
Comissões			-	
Outros			-	
c.iii. Benefícios pós-emprego			-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			-	
c.v. Remuneração baseada em ações			-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão			-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	2.624.680,00	-	2.894.680,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	7	-	16
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.546.580,00	-	1.816.580,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.446.580,00	-	1.716.580,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	2.350.960,00	-	2.350.960,00
Bônus	-	618.000,00	-	618.000,00
Participação nos resultados	-	1.732.960,00	-	1.732.960,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	3.897.540,00	-	4.167.540,00

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Jorge Queiroz de Moraes Junior,

Cyro Vicente Boccuzzi, José Carlos Santos e Sidney Simonaggio não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração prevista para o Exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	7	6	-	13
c.i. Remuneração fixa anual	400.000,00	2.600.000,00	-	3.000.000,00
Salário ou Pró-labore	400.000,00	2.400.000,00	-	2.800.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	200.000,00	-	200.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	2.546.850,00	-	2.546.850,00
Bônus	-	1.100.000,00	-	1.100.000,00
Participação nos resultados	-	1.446.850,00	-	1.446.850,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	400.000,00	5.146.850,00	-	5.546.850,00

(**) As tabelas acima, não incluem os encargos e provisões legais.

13.3 a 13.6 – Não aplicáveis.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8 a 13.12 – Não aplicáveis.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	9,4%	90,60%	-

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	6,32%	93,68%	-

13.14 e 13.15 – Não aplicáveis.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Resposta: Não aplicável.